

Justos Seguros S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 2525J-006-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as demonstrações da Justo Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apuradas com base na regulamentação vigente.

A Seguradora

A Justos Seguros S.A., constituída em 31 de março de 2022, obteve autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para atuar dentro do modelo Sandbox Regulatório por até três anos, conforme publicado no Diário Oficial da União em 13 de outubro de 2022, por meio da Portaria SUSEP nº 8.020.

O Sandbox Regulatório implantado pela SUSEP, constitui-se de um ambiente regulatório experimental, que possibilite a implantação de projetos inovadores nos quais apresentem produtos e/ou serviços a serem ofertados no âmbito do mercado de seguros e que sejam desenvolvidos ou oferecidos a partir de novas metodologias, processos, procedimentos ou de tecnologias existentes aplicadas de modo diverso.

A Justos Seguros atua no segmento de seguro Automóvel, com a intenção de oferecer seguros mais acessíveis e justos para a população em geral.

Agradecimentos

A Justos Seguros S.A. agradece a seus Acionistas e parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança e apoio à empresa. Aos nossos profissionais e colaboradores o nosso agradecimento e reconhecimento pela dedicação e qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos: Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Justos Seguros S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Justos Seguros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Justos Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram o relatório de auditoria em 28 de fevereiro de 2024, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

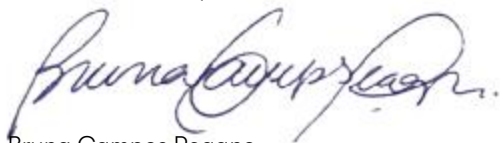
- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião;

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações contábeis pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: **(i)** possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; **(ii)** entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; **(iii)** reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e **(iv)** tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis;
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: **(a)** a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; **(b)** a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e **(c)** a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria;
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo;
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Bruna Campos Peagno
Contadora CRC 1SP-294.016/O-0

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 20223
(Valores expressos em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u> <u>Explicativas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>Notas</u> <u>Explicativas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
CIRCULANTE		<u>12.120</u>	<u>4.363</u>	CIRCULANTE		<u>420</u>	<u>817</u>
Disponível	6	<u>131</u>	<u>111</u>	Contas a pagar	11	<u>130</u>	<u>313</u>
Caixa e equivalentes de caixa		131	111	Obrigações a pagar		88	286
Aplicações	7	<u>11.571</u>	<u>3.708</u>	Impostos e encargos sociais a recolher		22	10
Créditos das operações c/ seguros e resseguros	8	<u>146</u>	<u>280</u>	Impostos e contribuições		20	17
Prêmios a receber		0	85	Débitos de operações com seguros e resseguros	12	<u>247</u>	<u>176</u>
Operações com resseguradoras		146	195	Operações com resseguradoras		247	176
Títulos e créditos a receber	9	<u>254</u>	<u>105</u>	Provisões técnicas - seguros	13	<u>43</u>	<u>328</u>
Créditos tributários e previdenciários		183	105	Provisões Técnicas Prêmios - Danos		32	40
Outros créditos a receber		71	-	Provisões Técnicas Sinistros - Danos		11	288
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	10	<u>18</u>	<u>159</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	<u>11.700</u>	<u>3.546</u>
				Capital social		12.100	4.000
				Reservas de Lucros		151	151
				Prejuízos acumulados		(551)	(605)
TOTAL DO ATIVO		<u>12.120</u>	<u>4.363</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>12.120</u>	<u>4.363</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos	15.a	822	483
Variações das provisões técnicas de prêmios	15.b	8	(40)
Prêmios ganhos	15.c	830	443
(-) Sinistros ocorridos	15.d	(336)	(683)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	15.e	(145)	(75)
Resultado com resseguros	15.f	(140)	173
Despesas administrativas	15.g	(762)	(599)
Despesas com tributos	15.h	(311)	(244)
Resultado financeiro	15.i	932	380
Resultado operacional		68	(605)
Resultado antes dos impostos e contribuições		68	(605)
Imposto de Renda	16	(7)	-
Contribuição Social	16	(7)	-
Lucro Líquido/(prejuízo) do exercício		54	(605)
Quantidade de ações		13.186.077	4.000.000
Lucro/(prejuízo) por ação - R\$		0,00	(0,15)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Prejuízo do exercício	<u>54</u>	<u>(605)</u>
Outros Resultados Abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado Abrangente do Exercício, líquido de Impostos	<u>54</u>	<u>(605)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital em aprovação	Reservas de Lucro	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro 2022	4.000	-	151	-	4.151
Prejuízo do exercício	-	-	-	(605)	(605)
Saldos em 31 de dezembro 2023	4.000	-	151	(605)	3.546
Aumento de Capital em Aprovação Conf. AGE de 01/02/2024 e 20/05/2024		4.100			4.100
Aumento de Capital em Aprovação Conf. AGE de 25/02/2024 e 20/05/2024		4.000			4.000
Aprovação de Aumento de Capital Conforme Portaria SUSEP nº 2056 de 21/06/2024	4.100	(4.100)			-
Aprovação de Aumento de Capital Conforme Portaria SUSEP nº 2065 de 27/06/2024	4.000	(4.000)			-
Lucro do exercício				54	54
Saldos em 31 de dezembro 2024	12.100	-	151	(551)	11.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Valores expressos em milhares de reais)**

	31.12.2024	31.12.2023
Prejuízo do exercício	54	(605)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(7.863)	413
Créditos das operações de seguros e resseguros	133	(280)
Créditos tributários e previdenciários	(150)	(62)
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	140	(159)
Impostos e encargos sociais a recolher	12	10
Impostos e contribuições	3	(1)
Obrigações a pagar	(197)	286
Débitos de operações com seguros e resseguros	72	176
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(284)	328
Caixa gerado (consumido pelas operações)	(8.080)	105
Caixa líquido consumido pelas operações	(8.080)	105
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	8.100	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	8.100	-
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	20	105
Caixa no início do período	111	6
Caixa no fim do período	131	111
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	20	105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Justos Seguros S.A. (“Seguradora” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado cujo controlador é a Justos Brasil Participações Ltda, sendo em última instância a Justo Seguros Holdings Limited (Cayman). Foi constituída em 31/03/2022, está sediada na cidade de São Paulo e foi autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 8.020/22, pelo tempo determinado de até 36 (trinta e seis) meses, correspondentes à vigência da autorização temporária concedida pela SUSEP, em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), nos termos do Edital Eletrônico nº 1/2021/SUSEP, da Resolução CNSP nº 381/2020 e Circular SUSEP nº 598/2020.

O Sandbox regulatório visa possibilitar a implantação de projetos inovadores que apresentem produtos e/ou serviços a serem ofertados no âmbito do mercado de seguros e que sejam desenvolvidos ou oferecidos a partir de novas metodologias, processos, procedimentos, ou de tecnologias existentes aplicadas de modo diverso.

A Companhia tem por objeto social (i) explorar e operar seguros de danos e pessoas em todas as regiões do território nacional, respeitadas as disposições legais à autorização temporária para seu funcionamento no âmbito do Sandbox Regulatório.

A Companhia iniciou suas atividades no exercício de 2022 e atualmente vem atuando especificamente no ramo de automóvel.

As demonstrações financeiras da Justos Seguros S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Administração em 28 de fevereiro de 2025.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas que atuam no modelo regulatório experimental do Sandbox, nos termos da Resolução 381, de 04 de março de 2020, e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com a referida resolução e incluem os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1).

b. Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção das provisões técnicas que seguem os critérios da SUSEP por meio da Resolução CNSP nº 381, de 4 de março de 2020 e alterações posteriores, e dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As análises dessas estimativas incluem: (i) informações sobre os julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 – Valor justo das aplicações financeiras;
- Nota explicativa nº 13 – Provisões técnicas.

e. Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse pressuposto.

A Companhia conseguiu a licença para operar como seguradora S3 pela SUSEP, conforme Portaria n 049, de 21 de janeiro de 2025

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas adiante foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não detinha nenhum item de caixa e equivalente de caixa classificado como 'caixa restrito', bem como itens de caixa e equivalente de caixa dados como garantias a terceiros.

b. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado; e
- Empréstimos e recebíveis.

A Resolução nº 381 de 4 de março de 2020, e alterações posteriores, estabelece que as sociedades seguradoras participantes do Sandbox Regulatório devem seguir os critérios para o registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas dispostos pela Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, além daqueles dispostos na regulação vigente do Conselho Monetário Nacional que se aplica às sociedades seguradoras.

Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

A Companhia não possui empréstimos na data de encerramento das demonstrações financeiras nem efetuou transações dessa natureza durante o período.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações financeiras nem efetuou transações com instrumentos derivativos durante o período.

c. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado ao seu valor justo.

d. Passivos financeiros

Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

e. Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – Inputs, exceto preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** – Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os títulos de renda fixa privados têm seu valor atualizado de acordo com os índices pactuados com a instituição financeira e se aproximam ao seu valor de mercado.

f. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Uma provisão passiva é reconhecida em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como “provável”, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui contingências ativas e passivas.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

g. Classificação dos contratos de seguros

O CPC 11 define que um contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado. A Administração da Companhia procedeu à análise de seus negócios para determinar que suas operações se caracterizam como “contrato de seguro”. Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas pela SUSEP.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão da respectiva apólice ou pelo início da vigência do risco para riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos.

h. Provisões Técnicas

A regulamentação vigente que institui regras e procedimentos relacionados às Provisões Técnicas das sociedades seguradoras participantes exclusivamente de ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório) é a Resolução CNSP nº 381 de 4 de março de 2020, e alterações posteriores.

De acordo com esta Resolução, a Companhia constitui as seguintes provisões técnicas:

A Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG é calculada com base em 50% dos prêmios emitidos no mês e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo. A partir de setembro de 2024, a PPNG foi calculada com base no método “*pro rata die*”

A Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo.

A Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Esta provisão é calculada com base em 20% dos sinistros avisados nos últimos 3 meses.

i. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável real mensal às alíquotas vigentes da data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados são reconhecidos quando a Companhia não apresentar histórico de lucros tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme o caso, comprovado pela ocorrência de prejuízos fiscais, ou não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado.

Os créditos tributários, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social são controlados na escrituração fiscal.

j. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

4. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 – Instrumentos Financeiros	Refere-se orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito, para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização do hedge	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. Foi referendado pela Susep e aplicado a partir de 02.01.2024
IFRS 17 – Contratos de Seguros	Estabelece princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP
ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP

Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração não finalizou a avaliação dos efeitos dos novos pronunciamentos, estando assim impossibilitada de divulgar tais efeitos.

5. Gerenciamento de riscos

A SUSEP estabelece que as entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros:

a. Risco de seguros

Estratégia de subscrição: A Companhia realiza um processo de seleção de riscos com base em perfis de interesse, visando atingir uma frequência de sinistros apropriada para a carteira e minimizar incidentes de fraude. Os perfis de interesse para os produtos de cobertura de celulares, automóveis e acidentes pessoais são avaliados por meio de modelos e tecnologias proprietárias para atingimento de resultados consistentes e redução de vieses de julgamento humano.

Os riscos da Companhia são pulverizados entre milhares de clientes com importâncias seguradas máximas pré-determinadas e baixo impacto de riscos individuais para o resultado da carteira.

A política de aceitação de riscos abrange a totalidade dos ramos de seguros operados e considera a experiência do setor e premissas atuariais.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros.

Do ponto de vista dos recebíveis, a Companhia realiza cobranças mensais via meios de recebimentos de prêmios, com captura de recebível no início da vigência do contrato. Esses recebíveis se caracterizam como líquidos e certos, conferindo um risco de crédito reduzido para a Companhia.

Os ativos financeiros da Companhia são alocados com base em uma política de elevada liquidez e baixo risco, concentrando-se em quotas de fundos de investimentos de renda fixa.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil:

			31/12/2024
Ativo	Rating AAA.br	Sem rating	Saldo Contábil
Caixa e equivalentes de caixa		131	131
Valor justo por meio do resultado		-	-
Aplicações	11.571	-	11.571
Exposição máxima ao risco de crédito	11.571	131	11.703

			31/12/2023
Ativo	Rating AAA.br	Sem rating	Saldo Contábil
Caixa e equivalentes de caixa		111	111
Valor justo por meio do resultado		-	-
Aplicações	3.708	-	3.708
Exposição máxima ao risco de crédito	3.708	111	3.819

c. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Companhia gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio.

A Companhia estabelece políticas de investimento para medir e assegurar a liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações, voltada para a garantia da operação e crescimento, os recursos são alocados em liquidez imediata em fundos de investimentos para suprir as necessidades da companhia.

d. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, ações concorrenciais ou mudanças sociais podem ter sobre a Companhia.

A Companhia monitora esses riscos através de pesquisas, gestão de ativos financeiros e análises concorrenciais e testes de sensibilidade que demonstram os impactos possíveis no resultado.

Taxa de juros

A Companhia gerencia seus ativos financeiros visando reduzir o impacto de uma mudança drástica nas taxas de juros, mantendo suas aplicações financeiras em títulos públicos e privados e indexados à variação do CDI.

Os impactos no resultado devido a uma oscilação na taxa de juros estão demonstrados a seguir:

Classe	Premissas	Saldo Contábil	Variação resultado	31/12/2024
Ativos Financeiros	Aumento de 3% na taxa CDI	11.571	38	-40,3%
Ativos Financeiros	Redução de 3% na taxa CDI	11.571	38	40,3%

Classe	Premissas	Saldo Contábil	Variação resultado	31/12/2023
Ativos Financeiros	Aumento de 3% na taxa CDI	3.708	15	2,4%
Ativos Financeiros	Redução de 3% na taxa CDI	3.708	(15)	(2,4%)

A Companhia atua no mercado segurador, cuja principal função é a preservação do patrimônio de seus clientes e embora esteja sujeita ao risco de redução de volumes de subscrição relacionados ao poder de compra dos consumidores, o efeito observado tem sido o oposto: a estratégia de preços reduzidos da Companhia tem atraído consumidores que buscam redução de custos com os produtos de seguros e preservação de seu patrimônio.

e. Risco operacional

A Companhia define risco operacional como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios.

Sinistralidade

Os impactos no resultado devido a variação na sinistralidade estão demonstrados a seguir:

Classe	Premissas	Saldo contábil	31/12/2024 Variação resultado	Impacto no Resultado
Sinistralidade	Aumento de 30% na sinistralidade	335	101	-107,43%
Sinistralidade	Redução de 30% na sinistralidade	335	(101)	107,43%

Classe	Premissas	Saldo contábil	31/12/2023 Variação resultado	Impacto no Resultado
Sinistralidade	Aumento de 30% na sinistralidade	685	206	-33,87%
Sinistralidade	Redução de 30% na sinistralidade	685	(206)	33,87%

f. Risco de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar os retornos sobre capital aos acionistas.

A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pela CNSP e SUSEP. Vide Nota Explicativa nº 14. d.

6. Caixa e equivalentes de caixa

a. Bancos conta movimento

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (a)	131	111
Total	131	111

- (a) Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

7. Aplicações

a. Ativos financeiros (ao valor justo por meio do resultado)

A classificação das aplicações financeiras por categoria é apresentada da seguinte forma:

Os ativos financeiros marcados a valor justo pelo resultado seguem os critérios adotados na determinação dos valores de mercado, conforme estabelece o CPC 46, de Nível 2 na hierarquia do valor justo.

31/12/2024	Sem Vencimento	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	%
Valor justo por meio do resultado	11.571	11.571	11.571	100%
Quotas de Fundos de Invest. R.Fixa	11.571	11.571	11.571	100%
Total	11.571	11.571	11.571	100%

31/12/2023	Sem Vencimento	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	%
Valor justo por meio do resultado	3.708	3.708	3.708	100%
Quotas de Fundos de Invest. R.Fixa	3.708	3.708	3.708	100%
Total	3.708	3.708	3.708	100%

b. Movimentação das aplicações

	31/12/2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31/12/2024
Itaú Institucional DI RF	-	7.900	(882)	656	7.674
Fundo XP Reserva Técnica FIRF	3.708	-	(200)	389	3.897
Total	3.708	7.900	(1.082)	1.045	11.571

	31/12/2022	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31/12/2023
Itaú Institucional DI RF	4.121		(4.266)	145	-
Fundo XP Reserva Técnica FIRF	-	4.000	(600)	308	3.708
Total	4.121	4.000	(4.866)	453	3.708

c. Ativos em cobertura de provisões técnicas

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação financeira vinculada	3.897	3.708
Total dos ativos em cobertura	3.897	3.708
Provisões Técnicas - Seguros	43	328
(-) Ativos redutores - PSL	(4)	(113)
(-) Ativos redutores - IBNR	(2)	(31)
Total a ser coberto	38	184
Suficiência de Cobertura	3.859	3.524

8. Crédito das operações com seguros e resseguros

a. Prêmios a receber

			<u>31/12/2024</u>
	Prêmios a receber de Segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Automóvel	-	-	-
			<u>31/12/2023</u>
	Prêmios a receber de Segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Automóvel	85	-	85

b. Composição quanto aos prazos de vencimento

A vencer	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
0 a 30 dias	-	85
Total	-	85

c. Operações com resseguradoras

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resseguradora Local		
De 0 a 30 dias	-	195
De 31 a 60 dias	17	-
De 61 a 120 dias	26	-
De 121 a 180 dias	78	-
Acima de 180 dias	20	-
	<u>141</u>	<u>195</u>
Despesas com Sinistros	<u>5</u>	<u>-</u>
Total	146	195

9. Títulos e créditos a receber

a. Outros Créditos a receber

O saldo registrado abaixo no valor de R\$ 71 mil se refere a prêmios a receber líquido de sinistros e outras despesas das operações (encontro de contas) que companhia tem a receber da Justos Consultoria liquidada em meses subsequentes ao fechado mensal.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Outros Créditos a receber	71	-
Total	71	

b. Créditos tributários e previdenciários

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRRF a compensar	136	82
IRPJ/CSLL antecipação	2	18
Saldo Negativo IRPJ/CSLL ano base 2023	33	-
Confins a compensar	9	4
Pis a compensar	3	1
Total	183	105

10. Ativos de resseguros e retrocessão – provisões técnicas

	<u>31/12/2024</u>		
	Prêmios de resseguros diferidos	Sinistros de resseguros	Total ativos de resseguros - provisões técnicas
Resseguradora Local	12	6	18
	12	6	18

	<u>31/12/2023</u>		
	Prêmios de resseguros diferidos	Sinistros de resseguros	Total ativos de resseguros - provisões técnicas
Resseguradora Local	15	144	159
	15	144	159

11. Obrigações a pagar

a. Obrigações a pagar

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores	76	192
Contas a Pagar - MGA - Justos Seguros	4	67
Demais obrigações a pagar	8	27
Total obrigações a pagar	88	286

b. Impostos e encargos sociais a recolher

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4	2
IOF s/emissões	5	3
CSRF a recolher	4	3
Outros impostos e encargos sociais	9	2
Total impostos e encargos sociais a recolher	22	10

c. Impostos e contribuições

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de Renda a recolher	7	-
Contribuição Social a recolher	7	-
COFINS a recolher	5	15
Pis a recolher	1	2
Total impostos e contribuições a recolher	<u>20</u>	<u>17</u>

12. Débitos das operações com seguros e resseguros

	<u>31/12/2024</u>	
	Resseguradora Local	Total Operação com resseguradoras
Prêmios cedidos	325	325
Comissões s/prêmios cedidos	(77)	(77)
	<u>247</u>	<u>247</u>

	<u>31/12/2023</u>	
	Resseguradora Local	Total Operação com resseguradoras
Prêmios cedidos	235	235
Comissões s/prêmios cedidos	(59)	(59)
	<u>176</u>	<u>176</u>

13. Provisões técnicas – seguros

a. Provisões técnicas

	<u>31/12/2024</u>			
Ramo	Prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Automóvel	32	8	3	43
Total - danos	<u>32</u>	<u>8</u>	<u>3</u>	<u>43</u>

	<u>31/12/2023</u>			
Ramo	Prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Automóvel	40	225	63	328
Total - danos	<u>40</u>	<u>225</u>	<u>63</u>	<u>328</u>

Justos Seguros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação das provisões técnicas

	31/12/2023	Constituições	Reversões	Pagamentos	31/12/2024
Prêmios não ganhos	40	414	(422)	-	32
Sinistros a liquidar	225	524	(102)	(639)	8
IBNR	63	431	(491)	-	3
Total	328	1.369	(1.015)	(639)	43

	31/12/2022	Constituições	Reversões	Pagamentos	31/12/2023
Prêmios não ganhos	-	239	(200)		39
Sinistros a liquidar	-	876	(256)	(389)	231
IBNR	-	280	(221)		59
Total	-	1.395	(677)	(389)	329

c. Desenvolvimento de sinistros**Bruto de Resseguro:****Tabela 1**

	Dezembro/23	Dezembro/24
Provisões Totais para sinistros	288	11

Tabela 2

	Dezembro/23	Dezembro/24
Sinistros a Liquidar	225	8
IBNR	63	3
Provisões para sinistros	288	11

Tabela 3

Provisões reest. e valor pago até	Dezembro/23
Um ano mais tarde	176

Tabela 4

Sobra (falta) cumulativa	112
Sobra (falta) cumulativa %	38,8%

Valor cumulativo e pago até	Dezembro/23
Um ano mais tarde	176

Valores Retidos:

Tabela 1

	Dezembro/23	Dezembro/24
Provisões Totais para sinistros	144	6

Tabela 2

	Dezembro/23	Dezembro/24
Sinistros a Liquidar	113	4
IBNR	32	2
Provisões para sinistros	144	6

Tabela 3

Provisões reest. e valor pago até	Dezembro/23
Um ano mais tarde	88

Tabela 4

Sobra (falta) cumulativa	56
Sobra (falta) cumulativa %	38.8%

Valor cumulativo e pago até	Dezembro/23
Um ano mais tarde	88

14. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31.12.2024 é de R\$ 12.100 (R\$ 4.000 em 31.12.2023) é representado por 13.186.077 (4.000.000 em 31.12.2023) de ações nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva de Lucros

Compõem as reservas de lucros:

- **Legal:** 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social; e
- **Estatutária:** Dispõe o estatuto que o lucro remanescente será destinado a formação de reserva legal e reserva de contingência, cujo total não poderá exceder o capital social.

c. Dividendos

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações.

Em 31.12.2024 a Companhia apurou prejuízo, portanto, não distribuiu lucro.

d. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e exigência de capital – Estrutura Simplificada

A Resolução CNSP nº 381, em vigor a partir 4 de março de 2020, e posteriores alterações, regula o cálculo do Capital Mínimo Requerido (CMR): Capital total que a sociedade seguradora participante do Sandbox Regulatório deverá manter para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A tabela a seguir apresenta os níveis de suficiência de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) frente ao CMR e de liquidez em relação ao CMR, segundo os normativos vigentes.

O quadro adiante representa o Capital Mínimo Requerido, segundo os normativos vigentes:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	11.700	3.546
Patrimônio líquido ajustado (a)	11.700	3.546
Capital base (b)	1.000	1.000
Capital de Risco	-	118
Capital de Risco (c)	-	118
Capital mínimo requerido (d) [maior entre (b), (c)]	1.000	1.000
Suficiência de capital (e = a- d)	10.700	2.546
(%) Suficiência de capital (e/d)	1070%	255%
Ativos em Excesso à Necessidade de Cobertura	3.859	3.526
Liquidez em relação ao CMR	2.859	2.526
Liquidez em relação ao CMR (% do CMR)	286%	253%

15. Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios emitidos

	31/12/2024			
	Emitido	Cancelado	Restituído	Prêmio Emitido Líquido
Automóvel	822	-	-	822
Total	822	-	-	822

	31/12/2023			
	Emitido	Cancelado	Restituído	Prêmio Emitido Líquido
Automóvel	483	(1)	-	482
Total	483	(1)	-	482

b. Variação da PPNG

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Automóvel	8	(40)
Total	<u>8</u>	<u>(40)</u>

c. Prêmios ganhos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Automóvel	830	443
Total	<u>830</u>	<u>443</u>

d. Sinistros ocorridos e índice de sinistralidade

O índice de sinistralidade foi calculado com base nos prêmios ganhos.

	<u>31/12/2024</u>	<u>Sinistralidade</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Sinistralidade</u>
Automóvel	(336)	40,48%	(683)	154,77%
Total	<u>(336)</u>	<u>40,48%</u>	<u>(683)</u>	<u>154,77%</u>

e. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fee Justos consultoria	(145)	(75)
Total	<u>(145)</u>	<u>(75)</u>

f. Resultado com resseguros

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas com resseguros		
Sinistros de resseguros	193	340
	<u>193</u>	<u>340</u>
Despesas com resseguros		
Prêmios cedidos	(411)	(242)
Comissões	103	60
Variação das provisões de prêmios e comissões	(3)	15
Salvados ao ressegurador	(22)	
	<u>(333)</u>	<u>(168)</u>
Resultado com resseguros	<u><u>(140)</u></u>	<u><u>173</u></u>

g. Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com serviço de terceiros	(750)	(557)
Despesas com localização e funcionamento	(2)	(33)
Outras despesas administrativas	(11)	(9)
Total	(762)	(599)

h. Despesas com tributos

	31/12/2024	31/12/2023
Cofins	(46)	(21)
PIS	(8)	(3)
Taxa de fiscalização - Susep	(241)	(208)
Outros	(16)	(12)
Total	(311)	(244)

i. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	1.046	453
Outras Receitas financeiras	6	-
Total	1.052	453
Despesas Financeiras		
Despesas financeiras com operações de seguros	(112)	(70)
Outras	(9)	(3)
	(120)	(73)
	932	380

16. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R\$ 240 anuais, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota de 15%.

Durante o período de agosto a dezembro de 2022, a alíquota da Contribuição social sobre o Lucro Líquido de pessoas jurídicas de seguros privados passou de 15% para 16% do lucro tributável com base da Medida Provisória nº 115/22, convertida na Lei nº 14.446/2022.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	68	68	(605)	(605)
Ajustes ao prejuízo contábil	(20)	(20)	-	-
Base de Cálculo	48	48	(605)	(605)
Alíquota nominal	15%	15%	15%	15%
Total de tributos	7	7	-	-

17. Partes relacionadas

A Administração conceitua parte relacionada de acordo com o CPC 05 é a pessoa ou entidade que está elaborando suas demonstrações financeiras com influência significativa sobre a entidade ou membro de pessoas chave da administração ou da controladora. A Justos Brasil Participações Ltda em 31/12/2024 possui 100% de participações na Justos Seguros S/A.

Empresas	Grau de Relação	A Receber	A Pagar	Resultado
Justos Brasil Participações Ltda	Controladora	-	-	-
Justos Consultoria e Serviços em Seguros	Ligada	71	4	145
Total de a Receber e a Pagar		71	4	145

18. Eventos subsequente

A Companhia obteve aprovação do órgão regulador para operar na modalidade S3, conforme Portaria nº 049, de 21 de janeiro de 2025 expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Diretoria

Alan Douglas Oliveira Leal – Diretor Presidente

Contador: Maurício Gonçalves Camilo Pinto – CRC 1SP145786/O-7

Atuário: José Eduardo Santana de Andrade– MIBA 2405